



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O metro ligeiro tornou-se o primeiro “elefante branco” da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e, até ao momento, não se vê um orçamento com fundo nem uma data prevista para a conclusão das obras. Quanto às obras decenais que têm a ver com os Serviços de Saúde e que envolvem dezenas de milhares de milhões de patacas, vão estas tornar-se, ou não, o segundo elefante branco?

Relativamente ao aparecimento do orçamento sem fundo e da falta de uma data prevista para a conclusão das obras do metro ligeiro, as razões por trás são, na verdade, a irresponsabilidade e a incapacidade dos dirigentes. Não podemos afirmar que o trabalho de gestão de instalações e de impulsionamento de obras, efectuado no passado pelos Serviços de Saúde, decorreu simplesmente com normalidade e não podemos concluir que os trabalhos desenvolvidos obtiveram bons resultados. Recuemos um pouco mais, a síndrome respiratória aguda severa surgiu em 2003, por isso, nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2004 (LAG), o Governo referiu que “(...) ia planear construir ao lado do Centro Hospitalar Conde de São Januário um edifício autónomo que disponibilizasse cem camas e equipamentos complementares” e previa, nas mesmas Linhas, que 2016 seria o ano de conclusão das obras. Já se passaram doze anos a partir de então e não se vê ainda qualquer edifício montado, nem um tijolo fixado! Vejamos o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

exemplo de Hong Kong e da China: a construção de infra-estruturas para tratar de doenças transmissíveis a propósito do aparecimento da referida síndrome respiratória já terminou há muito tempo. Estas infra-estruturas entraram, respectivamente, em funcionamento há já alguns anos para proporcionar serviços aos cidadãos. Ora, olhemos para Macau: as obras do centro de saúde localizado no Edifício do Lago deviam ter ficado concluídas, segundo o previsto, até finais de 2012, mas os serviços competentes alegaram que o projecto não satisfazia as exigências, por isso procederam reiteradamente à alteração do projecto base. Em consequência desta alteração, as obras apenas ficaram concluídas na segunda metade de 2013. O mais surpreendente é que, mais tarde, as obras sofreram vários arrastamentos e os serviços só começaram a ser prestados a partir de Maio de 2015.

No que toca às obras decenais que têm a ver com os Serviços de Saúde, segundo o que foi proposto, inicialmente, compreendiam três fases e as datas de conclusão eram as seguintes: 2014, 2017 e 2019, sendo 2019 a data da conclusão. Porém, após vários avanços e recuos, 2014 passou rapidamente. Os Serviços de Saúde decidiram, portanto, passar as fases supracitadas de três para duas (salientaram que: “não era adiamento”). Segundo as alterações, as primeiras duas fases originalmente previstas fundiram-se e passam a ser a nova primeira. Em consequência desta fusão, a data de conclusão da primeira fase foi alterada para 2017. No que toca às obras da última fase, a data de conclusão foi mudada para 2019. Em Janeiro de 2015, o Secretário Alexis



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tam, que foi recém-nomeado para o cargo, afirmou aos órgãos de comunicação social que confiava na possibilidade de as obras do Hospital das Ilhas estarem concluídas em 2017, mas, num espaço de dois meses, no relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2015, o Chefe do Executivo afirmou que "acelerar a concretização do 'Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde' é uma das prioridades deste ano". O que é mais surpreendente é que os Serviços de Saúde alteraram, de forma oculta, a data de conclusão da primeira fase das obras do complexo hospitalar das Ilhas para 2019, mais ainda, a seguir a esta data constante das LAG, foi acrescentado o seguinte: "a data de conclusão vai depender do ponto de situação da elaboração das plantas e das obras". Afinal, os dirigentes responsabilizam-se, ou não, pelo controlo do andamento das obras públicas? Os dirigentes afirmaram expressamente que não é possível um controlo das obras. Esta afirmação é para esconder a sua incapacidade ou estão a preparar-se para fugir às responsabilidades? Se os dirigentes reconhecem que não são capazes de trabalhar bem e de exercer uma boa fiscalização para que as obras terminem na data prevista, então devem deixar o cargo e não "continuar a manter a casa de banho ocupada". Com vista a assegurar que as importantes obras referidas possam estar concluídas segundo a data prevista no plano, os serviços competentes devem efectuar os devidos ajustamentos no pessoal responsável pela sua gestão e fiscalização, não devendo tratar do assunto após o aparecimento de atrasos e do fenómeno de excesso de despesas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

As despesas do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde constituem também uma matéria que merece a preocupação do público. Este projecto decenal compreende a construção do hospital das Ilhas, do centro de saúde da Freguesia de São Lourenço, de novos centros na zona do Lago, no Bairro da Ilha Verde e na zona de Seac Pai Van, de um edifício de especialidades do Centro Hospitalar do Conde de São Januário (tal como referi, é aquela obra que disponibilizaria cem camas em quartos isolados destinadas ao tratamento de doenças transmissíveis), e a reconstrução do centro de recuperação de doenças infecciosas no Alto da Montanha de Coloane e do Hospital de Reabilitação em Ká-Hó. O referido projecto é uma tarefa decenal da RAEM na área da saúde. Os Serviços de Saúde referiram que era necessário gastar uma dezena de milhões de patacas para este projecto decenal, mas mais tarde afirmaram que este número era apenas uma previsão não rigorosa, portanto, não se tratava verdadeiramente de um montante orçamental. A partir de então, os referidos Serviços não voltaram a prestar mais esclarecimentos à Assembleia Legislativa nem aos residentes de Macau sobre o orçamento deste grande projecto. Isto é, ou não, preparar-se para abrir a “porta” ao pretexto da regra “assunção de despesas consoante a realidade”? Quanto às obras do metro ligeiro, o custo inicial era de 4,2 mil milhões de patacas, só que agora já ultrapassou 14 mil milhões de patacas. Ninguém sabe quanto dinheiro será necessário pagar para liquidar a conta. No início, os serviços competentes diziam que era necessário gastar dezenas de milhares de milhões para este



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

projecto decenal, mas preferiram não indicar o montante em concreto, então, qual é o montante final que vai aparecer?

As infra-estruturas de saúde envolvem grandes despesas e têm a ver com a vida da população, por isso, interpelo sobre o seguinte:

1. Desde a iniciação da execução do referido Projecto já se passaram mais de 4 anos. Para além do novo edifício do serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário que, após vários avanços e recuos, já entrou em funcionamento, as restantes obras estão ainda em curso e já ultrapassaram a data prevista para a sua conclusão. Pode o Governo facultar neste momento uma calendarização sobre as datas de conclusão destas obras?
2. A referida calendarização, para além de conter as datas da conclusão das obras, nomeadamente, as de acabamento, deve ainda incluir a data de iniciação da prestação de serviços e as modalidades de serviços a prestar, entre outras informações. Nesta calendarização, podem ser listados os referidos itens para efeitos de fiscalização da Assembleia Legislativa e do público?
3. O Projecto decenal está em fase de execução. Os serviços competentes podem, ou não, facultar um orçamento claro, em vez de apresentarem simples documentos com números? A fim de permitir que o público exerça uma fiscalização sobre o referido projecto, que implica dezenas de milhares de milhões de patacas, e de evitar o esbanjamento do erário público, poder-se-á listar no orçamento as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

despesas referentes às obras de construção e de acabamento, e de aquisição de equipamentos, entre outras?

16 de Abril de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**